

**A EDUCAÇÃO NA DITADURA: A EDUCAÇÃO ESPANHOLA NO PERÍODO  
FRANQUISTA 1939-1959**

*Educación en la Dictadura: la educación Española en el período Franquista 1939-1959*

*Education in the dictatorship: the education Spanish in the Francoism period 1939-1959*

ANDRÉS MACHUCA TELLEZ<sup>1</sup>

CANALES SERRANO, Antonio Francisco; GÓMEZ RODRIGUEZ, Amparo. (Eds.) *La Larga Noche de la Educación Española: El sistema educativo español en la posguerra*<sup>2</sup>. Madrid: Biblioteca Nueva, 2015, 296p. Colección Memoria y Crítica de la Educación.

Recebido em: novembro de 2015

Aprovado para publicação em: dezembro de 2015

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: andresmachucateliez@gmail.com

<sup>2</sup> “A LONGE NOITE DA EDUCAÇÃO ESPANHOLA: O sistema educativo espanhol no pós-guerra” (tradução livre).

Este livro recém editado, do ano de 2015, é uma compilação de vários textos; dentre eles, em sua maioria, resultado da disciplina Educación y Franquismo: La educación de posguerra<sup>3</sup> da Universidad de La Laguna, de 2010, recolhidos por Canales Serrano e Gomez Rodriguez. Serrano & Rodriguez são professores da mesma universidade na Espanha e possuem interesse pelo franquismo, pelos estudos sociais e políticos, entre outros. Diferentes acadêmicos pertencentes a diversas universidades da Espanha participam dos referidos textos. O livro faz parte da coleção “Memoria y Critica de la Educación” organizada por Agustín Escolano Benito.

Seu centro de interesse situa-se dentro do primeiro franquismo (1939-1959) ressaltando os períodos finais da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e da década de 40, orientando particularmente seus apontamentos para as relações, conflitos, posturas ideológicas e características da educação em todos seus níveis (primário, meio, profissional, universitário), ademais das relações entre o Estado, a Igreja, as facções falangistas e a mulher. O texto permite olhar a força do franquismo no doutrinamento da sociedade espanhola desde antes da proclamação do regime. E como a educação funcionou como veículo ideológico e propagandístico que permeou todas as camadas da sociedade, em um propósito de destruir os ideais liberais propiciados pela Segunda República (1931-1936), a educação foi uma ferramenta central para a obtenção de tal fim: A criação do Estado Novo. O livro ressalta, ainda, o papel da Igreja no processo de consolidação de uma educação católica e centrado na tradição, o deficiente papel do Estado na fiscalização da educação, o papel da falange franquista para procurar giros, bem como o papel e o espaço da mulher na educação franquista, evidenciando tensões, continuidades, rupturas e relações de conveniência que marcaram rubrica na educação espanhola da época.

O livro é composto por nove capítulos, antecidos por uma *apresentação* (p. 13-19) por parte dos autores intitulada “*Educación y franquismo: ruptura e involución*”<sup>4</sup> na qual ressalta-se o papel da “incultura” como característica central do franquismo, pois com ele não só se tinham grandes pensadores, mas também haviam os aporte culturais e intelectuais do século anterior que em sua ausência ainda é presente nas últimas décadas da educação. Os autores ressaltam a deficiente pesquisa sobre o primeiro franquismo e a possibilidade de este livro brindar a historiografia em educação interessada e a uma visão geral do tema.

---

<sup>3</sup> Educação e franquismo: a educação espanhola do pós-guerra (tradução livre)

<sup>4</sup> “Educação e Franquismo: ruptura e involução” (tradução livre)

O primeiro capítulo intitulado “*El franquismo en El siglo XX español*”<sup>5</sup>(p. 23-38) organizado por Carme Molinero da Universitat Autònoma de Barcelona/CEFID apresenta as origens do franquismo, suas características e seus objetivos políticos. A autora faz o apontamento de que frente ao fracasso de um golpe militar tem acontecido uma guerra civil em 1936 no marco de um contexto europeu que assiste a uma forte tendência de revoluções e contrarrevoluções com as características mesmas de uma sociedade de massas, mas na Espanha os atributos vieram para impedir a democracia liberal e com ela a mudança social e política. O franquismo resultante é só uma variável dos regimes fascistas, com os quais por meio dos instrumentos de ação política procuraram a “no-libertad”, apoiado na figura do nacional-sindicalismo que na realidade faz parte de uma retórica para quebrar com o liberalismo. Com a tomada do poder em 1936, tem-se a intenção de um Estado novo com ideias antiliberais e antissocialistas. As ações que precederam estão marcadas pela depuração da sociedade, o uso da educação como meio de repressão, uma Igreja encarregada da moral pública e a construção de uma memória histórica do regime que se desdobrará adiante.

Aglutinando setores conservadores, falangistas e da Igreja o franquismo centrou na educação a ferramenta para assegurar a disciplina e a obediência com discursos diretos e com uma alta presença de maniqueísmo a favor do regime tal como é o posicionamento frente à Segunda República como ilegítima e a Guerra Civil como uma saída necessária. Efetivamente, todo o marco ideológico partia de uma manipulação da história, elemento que deixou valores antidemocráticos, atrasos no processo de modernização da Espanha que chegaram até os 60 e 70 quando o regime se desestabiliza.

O segundo capítulo “*La depuración franquista del profesorado de los institutos de segunda enseñanza*”<sup>6</sup>(p. 39-69) escrito por Olegario Negrin-Fajardo da Univesidad Nacional de Educación a Distancia quem apresenta todo um panorama da depuração do professorado entre 1936 e 1943, sinalizou as características do processo, as comissões encarregadas da depuração, seu funcionamento e os resultados. Faz uma análise das listas dos expedientes resolutos e particularmente dos casos de Santa Cruz de Tenerife. As depurações acontecem por meio da comissão de cultura e ensino que tinha como característica uma postura conservadora, monárquica e católica, seu objetivo era aplicar a política do franquismo de fato. No período do primeiro governo franquista, em 1938, e depois de Sainz Rodríguez como ministro de educação, a política nacional-católica inicia os processos de depuração que serão continuados e culminados no segundo período franquista que inicia em 1939 que será liderado por José Ibáñez Martín até 1951. Os expurgos acontecem em todos os níveis educativos e se

---

<sup>5</sup> “O Franquismo no século XX espanhol” (tradução livre)

<sup>6</sup> “A depuração franquista do professorado dos institutos de segundo ensino” (tradução livre)

caracterizam em princípio por não ter critérios de defesa claros para quem era acusado de certos atos como a colaboração com sindicatos ou partidos políticos socialistas, por motivos religiosos ou morais e o mais grave a participação em maçonaria. O autor denomina a situação como a “Justicia al revés” já que não era a comissão quem fazia a comprovação de veracidade das acusações mas o acusado e ainda os critérios não ficavam muito claros ao momento de impor sanções. As depurações procuraram deixar a conduta e comportamento dos professores transparentes, fato procurado para a instalação do sistema político desejado.

O autor analisa um texto que centraliza os dados das depurações intitulado “*Expedientes resueltos. Cuerpo de Catedráticos de Institutos*”(p. 52). Nele se encontra que entre 1937 e 1943 são sancionados 1405 professores; ressalta-se que os recursos de defesa frente à sanção aparecem em 1940, mas são poucos. Dos casos encontrados, 16 são da Escuela Santa Cruz de Tenerife, também assinalados dados de outras cidades como Laguna, a instituição da Palma, na zona das ilhas canárias. Em suma, assinala-se o caráter centralizado das depurações, com fortes critérios de demissão e repressão apoiado no boletim oficial na procura de instaurar uma política nacional-católica e o fim dos ideais liberais burgueses. A contundência da depuração se encontra no posicionamento do movimento nacional-católico dentro da educação com critérios de educação de acordo ao regime, no qual a Igreja terá o controle sobre a formação geral, particularmente da classe média.

“*La escuela en los años 40*”<sup>7</sup>(p. 71-95) de Salomó Marquès da Universidad de Girona é o título do terceiro capítulo; neste, o autor propõe, por meio de apontamentos textuais da época, mostrar a denominada “miséria” nos âmbitos sociais que é efeito do regime. Já em 1938, tem-se uma educação centrada no amor a Deus e a pátria com uma estrutura que tem quatro eixos: a educação religiosa, a educação patriótica, a educação cívica e a educação física. Neste marco, ressalta-se a necessidade de professores com esta mentalidade a qual apostará nos valores na formação de professores nas capitais das províncias, ademais de conteúdos como o religioso e o político-cívico que também farão parte. Além disso, ter-se-á a presença e a formação por parte de religiosos, ao lado da supervisão da Seção Especializada de Ação Católica junto com a inspeção de primeiro ensino.

O retorno das comunidades religiosas à educação é uma amostra da atuação beligerante com o regime que ajuda na consolidação de uma escola nacional-católica, que junto com a depuração consolidariam uma escola oposta a co-educação, pedagogia estrangeira e ao catalão, características estas do modelo republicano. Com a proclamação da Lei de educação primária, em 1945, de caráter religioso, ficará claro o papel da Igreja a qual, por um lado, conduz o Estado ao papel da autoridade central de vigiar e inspecionar a educação; por

---

<sup>7</sup> “A escola nos anos 40” (tradução livre)

outro lado, tem-se a exalação das ideias tradicionais da pedagogia espanhola baseada no catolicismo que se impõe contra as ideias da ilustração, um ataque à República assinalada de culpável pelos males da Espanha, e a proclamação de uma escola em acorde com as normas dos movimentos e órgãos alienados ao regime franquista.

Frente a este novo panorama, o autor assinala a deficiência nos prédios, o problema da assistência escolar que era afetada pela situação de miséria na que se encontrava a sociedade espanhola, que só até 1970 alcança uma escolarização plena, de igual maneira como a inspeção foi mais para o âmbito político que o pedagógico, ressaltando atitudes de sacrifício, resignação e obediência aos que eram mobilizados pelos livros escolares ainda escassos e deficientes de qualidade.

No quarto capítulo intitulado *“El bachillerato em los años 40: La victoria católica”*<sup>8</sup>(p. 97-129) Antonio Francisco Canales Serrano apresenta o panorama da privatização na educação que ocorre neste período e onde a Igreja tem relevante atuação principalmente por efeito da Lei assinada em 1938. O catolicismo espanhol com eixo na encíclica *Divini Illius Magistri* de 1929, plantará uma educação formativa, um plano de estudos cíclico com a presença das humanidades clássicas e poucas provas (um só exame)-em detrimento aos conhecimentos científicos e o acréscimo ao caráter seletivo da educação somente para a elite; estas foram posturas próprias que deixavam pouco espaço para a ação dos setores falangistas. Esta Lei dava à Igreja uma vitória no campo prático ao poder criar os colégios.

Com o apoio dos setores políticos, os colégios da Igreja começam ter presença acelerada no contexto espanhol da época, ajudado por um ataque frontal à rede pública herdada da república, ademais da tolerância diante do não cumprimento da Lei, muitos dos religiosos não tinham formação em licenciatura, em conjunto permitem à Igreja a consolidação de sua doutrina educativa representada em seu período de ouro no qual 2/3 dos colégios ficavam sob o braço da Igreja. O efeito disso foi um aumento da matrícula, mas também o debate da educação de elite e da qualidade.

O texto ressalta o importante papel de José Pemartín no desenho da Lei de 1938. Nos anos 40, ele propõe algumas reformas particularmente a respeito dos saberes especializados procurando uma universidade que só fosse para a elite. Um ordenamento racional do ensino médio sob os pressupostos do nacional-catolicismo. Frente a este embate da Igreja, os movimentos falangistas questionam a pouca ingerência do Estado nos temas de regulação e inspeção, exigem novas reformas para alterar os ciclos, eliminar o único exame, voltar ao enciclopedismo, procurando uma estrutura de formação em três modalidades; realista, clássica

---

<sup>8</sup> “a educação secundária nos anos 40: a vitória católica” (tradução livre)

e especial para o acesso à universidade, questionando a hegemonia das humanidades clássicas. Mas as propostas de Pemartín e dos falangistas não têm impacto maior na Lei de 1938 que tinha dado prerrogativas à Igreja, pois elas não foram afetadas por essas iniciativas.

José Manuel Alfonso Sánchez da Universidad Pontificia de Salamanca apresenta nos *“Nesutorultra crepidam. La Iglesia y la reforma de las enseñanzas medias (1951-1953)”*<sup>9</sup>(p. 131-164) uma carta do arcebispo de Valencia Marcelino Olaechea para o cardeal primado de Toledo Enrique Pla y Deniel de 22 de dezembro de 1951 com uma frase em latim cuja tradução livre seria “zapatero a sus zapatos”<sup>10</sup>, o que descreve muito bem a tensão pelo controle da educação por parte da Igreja, contra o Estado, particularmente da educação média. O texto relata as negociações e diálogos entre a Igreja e o estado, na negociação que faz o ministro da época (sucessor de José Ibáñez Martín) Joaquín Ruiz-Giménez com o arcebispo de Valencia e com o cardeal primado de Toledo. A reforma da educação média proposta pretendia atacar o excessivo número de disciplinas, a ausência de exames intermediários, a concentração da Prova de Estado nas capitais, à divisão desigual entre privado e público, o desemprego docente e a melhora das relações da Igreja e do Estado. Mas, essas propostas, num ambiente de tensão, gerariam a ideia em alguns setores da Igreja que a reforma seria uma abolição da Lei de 1938 e com ela o poder da Igreja sobre a educação.

O autor mostra como a negociação entre o Estado e a Igreja percorre muitas dificuldades, descortinando os pareceres encontrados dentro da mesma Igreja, tal como o evidencia a declaração da Comissão Episcopal de Ensino em 8 de dezembro de 1951, carta que geraria confusão não só na Igreja mas nas posturas do ministério de educação, pois o tema da reforma envolve a Santa Sede, o mesmo Franco e a Conferência Metropolitana da Igreja. Finalmente a Lei de Ordenação do Ensino Médio ganha vida em 25 de fevereiro de 1953 sendo vigente até 1975. Em resumo, ele assinala como este processo de negociação expõe as tensões existentes nas relações entre o Estado e a Igreja, ademais das divisões no interior da segunda que atua de maneira estratégica e autorregulada para não romper relações com o Estado franquista.

No capítulo sexto intitulado *“Las enseñanzas profesionales en el primer franquismo: tentativas de intervención y repercusión sócio-educativa”*<sup>11</sup>(p. 165-184) Patricia Delgado Granados da Universidad de Sevilla mostra o papel da formação profissional no primeiro franquismo nos intentos do Estado de intervir na educação com modalidades como as escolas para o trabalho, a formação profissional industrial, a formação sindical e a formação agrária

<sup>9</sup> “Nesutor ultra crepidam: a Igreja e a reforma dos ensinos médios (1951-1953)” (tradução livre)

<sup>10</sup> “Sapateiro para seus sapatos” (tradução livre)

<sup>11</sup> “Os ensinos profissionais no primer franquismo: tentativas de intervenção e impactos socioeducativos” (tradução livre)

profissional, todas na procura das novas competências exigidas e que não tinham resposta num marco não definido de economia e de sociedade. Esta intervenção do Estado na educação profissional parte de uma regulação técnico-industrial e uma visão autárquica da economia, baseada em três sistemas de qualificação de mão de obra que responderam aos postulados políticos e ideológicos, sendo o primeiro de formação profissional sindical, o segundo de formação profissional agrícola e o terceiro de ensino médio laboral. Com o tempo, estas novas apostas resultaram em efeitos como o ensino misto, aberto e flexível, e o aumento dos institutos laborais situados de acordo com suas necessidades. Contudo, o modelo não tenderá a uma recepção favorável, sua demanda era baixa, afetando o contexto de uma Espanha na mão de obra para sua indústria.

Tal situação será dada pela Lei de Formação Profissional Industrial de 1955 que propõe planos de formação homogêneos e uma formação técnica de baixo perfil, com um plano de formação com níveis que iam da iniciação até a especialização. Em 1958, o sistema tem uma redução para dois níveis, o oficial industrial e o de maestro industrial, isto pelo pouco desenvolvimento, recursos e falta de planejamento. O autor conclui que o franquismo consegue configurar seus próprios modelos de formação profissional, em um momento no qual os contrastes destas iniciativas se dão em meio a modos de produção agrícolas e artesanais pouco desenvolvidos. Ademais da descontextualizada situação entre a educação brindada e o contexto laboral, afetando a formação de mão de obra qualificada. É só até os 60 que a Lei de Formação Profissional Industrial dos 1955 tem alguma relevância.

*“Entre tinieblas. La universidad española em la larga posguerra”*<sup>12</sup>(p. 185-219)  
Francisco Morente da Universitat Autònoma de Barcelona no capítulo sétimo sinaliza a importância da pesquisa sobre a universidade no franquismo, não só sua transição para a democracia, mas o período de 1931 para 1939 tendo em conta a Segunda República incluindo a Guerra Civil. A reforma de 1933 na República propiciou mudanças na estrutura organizativa da universidade a respeito da categorização dos professores, autonomia no plano de estudos, liberdade de cátedra e representação estudantil. Mas as resistências nos âmbitos políticos e a Guerra Civil atrapalharam qualquer mudança proposta, com o golpe de estado em 1936 as universidades dividem-se em duas zonas; as que defendiam franco e as que defendiam a República. Na guerra, a universidade franquista configurara suas bases, sendo plataforma ideológica, política e de propaganda para o denominado “alçamento nacional”, sendo que nela tem acontecido a legitimação do golpe de estado em razão de que a república era considerada culpada dos problemas da Espanha, por isso os pensadores e intelectuais eram culpáveis, em

---

<sup>12</sup> “Entre tinieblas. A Universidade española na larga posguerra” (tradução livre)

conjunto existia uma “amenaza a la civilización y al cristianismo”. O tema leva à depuração político-ideológica para republicanos, participantes de esquerda e liberais.

As consequências são evidenciadas na fuga de intelectuais, o desaparecimento das redes acadêmicas, na crise da historiografia e a ruptura com a institucionalidade e com a permanência de móveis de legitimação ideológica. A universidade do Estado Novo caracteriza-se por um posicionamento de direita e católico, que, na realidade, agrupava tanto a Igreja como a falangistas, até a Lei de ordenamento em 1943 que dará continuidade a alguns elementos da universidade republicana, mas com uma organização que imitava a universidade dos Estados fascistas, tendo formação política, educação física e religião, com afiliação obrigatória ao Sindicato Espanhol Universitário (SEU); além disso, a Igreja tinha a possibilidade de ter suas próprias universidades. Nos anos 40, a universidade foi lugar das elites sociais do país com pouco crescimento na matrícula e pouca presença da mulher; já na segunda metade da década, alguns intentos de oposição foram minimizados rapidamente, mas é nos anos 50 que isto muda. Por outro lado, faz parecer uma pouca produção científica e de conhecimento durante o franquismo, elemento que contrasta com o desenvolvimento na república.

A universidade no franquismo, sinaliza o autor, tem características até mais fortes que o fascismo italiano, dado o caráter centralista do político-administrativo que limita a autonomia universitária, acabando com as possibilidades de representação e a imposição de um reitor “omnimodo”. A postura contra o professorado como o “enemigo político” se caracterizou por assassinatos, exílio forçado e depuração radial.

O livro brinda em seus dois últimos capítulos espaço ao papel da mulher na educação no período do franquismo. Assim, no capítulo oitavo, Consuelo Flecha García da Universidad de Sevilla apresenta o texto intitulado “*La educación franquista y las Mujeres*”<sup>13</sup>(p. 221-255), nesta ela propõe mostrar como foi o planejamento educativo dirigido as mulheres no regime franquista e os comportamentos gerados ao redor do tema. Uma ideia é central, ou seja, a concepção patriarcal do franquismo para com a mulher é subordinada ao homem, com um papel de reprodução e de fragilidade - elemento que será eixo dentro da educação e na sociedade geralmente, ainda assim existem reflexões críticas diante da ideia do corpo assexuado, aportes como os de Maria Laffitte, Mercedes Fórmica entre outras, mas também de algumas iniciativas coletivas.

A educação para a mulher preserva na época um modelo rígido e uniforme orientado a formação de mães e novas esposas com uma alfabetização orientada nas atividades domésticas e para a recomposição da família espanhola vital para o regime. A formação do magistério orientava em temas como a pedagogia, a educação da mulher, economia doméstica

---

<sup>13</sup> “A educação franquista e as mulheres” (tradução livre)

e atividades do lar. O ensino era brindado em aulas segregadas, separando homens de mulheres desde 1936-1937 junto com uma educação dirigida só por professoras para as meninas. Havia também uma forte formação e um discurso no qual a mulher tinha a responsabilidade da gestão do lar e dos “labores próprios ao seu sexo”. Todo este edifício ideológico, afirma a autora, tem raízes nos postulados da Ilustração que impulsionou na sociedade os papéis e as funções determinadas, e onde a mulher encontra-se subordinada ao franquismo, o que formula seu projeto político-ideológico com traços de hierarquia e disciplina.

Paulatinamente, com o tempo, a mulher vai ocupando mais espaços laborais frutos das reformas que a educação espanhola no franquismo vai tendo, como se pode ver na criação dos institutos femininos de ensino médio em 1941, ou da seção de ensino profissionais da mulher em 1943, mais para frente em 1956 com a criação das universidades laborais e em 1957 com o decreto de dedicação no trabalho. Na universidade, com as reformas desenvolvidas ainda sob a pressão da Igreja, mostra como a matrícula foi crescendo gradativamente, e ainda com a chegada da mulher nos âmbitos administrativos com a Lei 28 em 1966 fazem que espaços de maior autonomia e respeito apareçam para a mulher com respeito do homem, ademais de um reconhecimento social. Por outro lado, todo o panorama da mulher na educação se dá com a Lei geral de educação em 1970, que planejara a igualdade de oportunidades educativas, a educação mista, desaparecendo disciplinas como a de trabalhos e economia doméstica, uma amostra do assomo da denominada educação moderna. No pós-franquismo a mulher entra nos espaços ganhos de autonomia e liberdade pessoal, construindo os espaços e tempos ausentes no período do regime.

No capítulo nono *“La educación de las mujeres en los años 40”*<sup>14</sup> por Teresa González Pérez da Universidad de La Laguna (p. 257-291) propõe como objetivo do texto o estudo da educação nas ilhas canárias das mulheres na ótica da Seção Feminina no período dos anos 40. Criada em 1934, ela teve vigência até 1971 com uma versão feminina da falange espanhola, que com o decreto de 1939 toma o papel da formação das mulheres. Nas canárias, começa em 1936 com um doutrinamento ideológico de docentes e cultural, além do âmbito familiar. Tal como foi com a criação em Santa Cruz de Tenerife, neste ano expandirá por toda a região insular espanhola. Agrupo as mulheres de classe media-alta, que participavam em eventos públicos com o uniforme e impulsadas por um discurso de “sumición” reproduzido pela mesma Pilar Primo de Rivera. Seus antecedentes ficam lá atrás na retaguarda, durante a Guerra Civil, onde ajudam ao exército como “madrinhas de roupas” ou “madrinhas de guerra” dando apoio moral aos soldados que lutavam na frente, em um trabalho de logística que

---

<sup>14</sup> “A educação das mulheres nos anos 40” (tradução livre)

incluía cursos de enfermagem até de propaganda e de talheres patrióticos. Já dentro do regime franquista, a mulher tinha atividades de beneficência reprodutora dos postulados do nacionalismo-católico, e controle social por meio também da formação em saberes para a maternidade, alfabetização e cuidado e higiene.

A educação da mulher, derivada do modelo e ideais falangistas, tinha em seu centro os valores da sociedade decimonônica, que se brindavam por meio das escolas de lar, de educação física, noturna e rural, que tinham assistência obrigatória, junto como um serviço social que equivalia ao serviço militar para os homens. Acompanhado disso tem desenvolvido atividades de extensão cultural, artísticas e esportivas, nas quais a centralidade estava ocupada pelo “Folclore” e a difusão da música tradicional. Outro eixo de ação da Seção Feminina estava relacionado com as denominadas “cátedras ambulantes” que procuraram em 1946 a formação, assistência e doutrinação das zonas rurais. Em conclusão a autora enfatiza o papel doutrinante da Seção Feminina e a subordinação das mulheres, restando-lhes significância, sinaliza a autora que ainda hoje tem presença uma incivilidade das do franquismo, uma memória histórica que permanece esquecida durante a restauração da democracia na Espanha.

Finalmente, e a nossa apreciação a obra representa, pode-se dizer que ampliou o panorama das características da educação espanhola no período do franquismo. Permite por meio da pesquisa em história da educação o mapeio das complexas relações que se estabelecem ao redor da educação, além de evidenciar como esta se configura como veículo ideológico e de doutrinação absoluto, ponto de encontro das lutas entre atores interessados em seu controle e por aqueles preocupados por alcançar um espaço dentro dela como é o caso das mulheres. O estilo e a organização da obra permitem uma leitura agradável e fluída, que leva ao leitor desde um marco mais geral para aspectos mais concretos que deixam no final inquietudes e interesses por indagar o desenvolvimento da educação em períodos de totalitarismo e ditadura em outros espaços e tempos. O texto está dirigido a ampliação do espectro acadêmico interessado no estudo e pesquisa da História da Educação brindando um amplo panorama de percursos para acrescentar novas perguntas e ideias no tema em menção e outros relacionados.